

Manual de Arbitragem

Manuel Pereira Barrocas

2ª Edição

LAV de 2011
Revisto e Atualizado

ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO	5
SOBRE O AUTOR	11
AGRADECIMENTOS	12
NOTA INTRODUTÓRIA	13

PRIMEIRA PARTE DA ARBITRAGEM EM GERAL

TÍTULO I A ARBITRAGEM

CAPÍTULO 1. Noção de Arbitragem	31
SECÇÃO 1. Definição de Arbitragem	31
SECÇÃO 2. A Jurisdicionalidade da Arbitragem	32
SECÇÃO 3. Caracterização de Outros MARL	33
SECÇÃO 4. A Arbitragem e os Tribunais Judiciais	34
SECÇÃO 5. O Juízo Judicial e o Juízo Arbitral	35
SECÇÃO 6. A Arbitragem e Figuras Afins	37
SECÇÃO 7. Delimitação do Conceito de Arbitragem Comercial	39
CAPÍTULO 2. Natureza Jurídica da Arbitragem	40
SECÇÃO 1. Introdução	40
SECÇÃO 2. Teses Sobre a Natureza Jurídica da Arbitragem	42
CAPÍTULO 3. Aspectos Sócioeconómicos, Políticos e Funcionais da Arbitragem	46
SECÇÃO 1. A Arbitragem como Fenómeno Sócioeconómico	46
SECÇÃO 2. A Arbitragem e o Papel do Estado	47
SECÇÃO 3. Características de Novidade da Arbitragem	49

CAPÍTULO	4.	Finalidade da Arbitragem	50
CAPÍTULO	5.	A Arbitragem na História	51
SECÇÃO	1.	Antiguidade Clássica	51
SECÇÃO	2.	Portugal	52
SECÇÃO	3.	Itália	57
SECÇÃO	4.	França	57
SECÇÃO	5.	Alemanha	58
SECÇÃO	6.	Inglaterra	58
SECÇÃO	7.	A Arbitragem e a Igreja Católica	60
SECÇÃO	8.	A Arbitragem na Segunda Metade do Século XX	61
CAPÍTULO	6.	A Arbitragem no Ciberespaço	63
CAPÍTULO	7.	A Arbitragem e Outros MARL	64
SECÇÃO	1.	Introdução	64
SECÇÃO	2.	Utilização de MARL em Portugal e no Estrangeiro	67
SECÇÃO	3.	Gestão do Litígio e Modalidades de MARL	70
SECÇÃO	4.	Negociação Directa	70
SECÇÃO	5.	Mediação	71
SECÇÃO	6.	Conciliação	76
SECÇÃO	7.	Minijulgamento	78
SECÇÃO	8.	Arbitragem Não Vinculativa	78
SECÇÃO	9.	Laudo Pericial Vinculativo ou Não Vinculativo	79
SECÇÃO	10.	Avaliação Pericial	79
SECÇÃO	11.	Med-Arb e Arb-Med	79
SECÇÃO	12.	Cláusula Contratual de MARL	79
SECÇÃO	13.	Processo de MARL	80
SECÇÃO	14.	Conclusões	81
SECÇÃO	15.	Resolução do Litígio por Acordo no Decurso da Arbitragem	83
SECÇÃO	16.	O Papel do Advogado em Procedimentos de Mediação	88
CAPÍTULO	8.	Arbitragem Não Comercial	88
CAPÍTULO	9.	Arbitragem Necessária	89
CAPÍTULO	10.	Arbitragem Institucionalizada e Arbitragem <i>Ad Hoc</i>	92
CAPÍTULO	11.	Arbitragem Comercial e Arbitragem de Investimentos Internacionais	93
CAPÍTULO	12.	Arbitragem e Administração Pública	
CAPÍTULO	13.	Áreas de Utilização da Arbitragem	
SECÇÃO	1.	Requisito Prévio: a Arbitrabilidade do Litígio	
SECÇÃO	2.	Em Questões de Qualidade	
SECÇÃO	3.	Em Questões Tecnológicas	
SECÇÃO	4.	Em Conflitos de Consumo	
SECÇÃO	5.	Em Questões de Seguros	
SECÇÃO	6.	Em Questões Societárias	
SECÇÃO	7.	Em Questões de Responsabilidade Civil Extracontratual	123

SECÇÃO 8.	Em Questões do Mercado de Capitais	124
SECÇÃO 9.	Em Questões de Expropriação	124
SECÇÃO 10.	Em Questões do Direito da Concorrência	124
SECÇÃO 11.	Em Questões de Energia	129
SECÇÃO 12.	Em Questões Relativas ao Contrato de <i>Joint-Venture</i>	129
SECÇÃO 13.	Em Questões Relativas à Constituição, Modificação e Extinção de Direitos Sujeitos a Registo Público	130
SECÇÃO 14.	Em Questões de Propriedade Industrial e de Direitos de Autor	131
SECÇÃO 15.	Em Questões de Informática	132
SECÇÃO 16.	Em Questões de Arrendamento	133
SECÇÃO 17.	Em Questões Relativas à Sucessão Testamentária	133
SECÇÃO 18.	Em Questões Laborais	133
SECÇÃO 19.	Em Questões Fiscais	135
SECÇÃO 20.	Em Questões Criminais	136
SECÇÃO 21.	Em Questões do Ambiente	136
SECÇÃO 22.	Em Questões Relativas a Investimentos Internacionais	137
SECÇÃO 23.	Outras Áreas de Utilização da Arbitragem:	
	1. <i>Contencioso da Construção Civil e Obras Públicas</i>	137
	2. <i>Contencioso de Direito Comercial Marítimo e Seguros Marítimos</i> ...	138
	3. <i>Contencioso do Sector Automóvel</i>	138
	4. <i>Contencioso TIR</i>	138
	5. <i>Contencioso de Dívidas Hospitalares</i>	139
	6. <i>Contencioso de Venda Internacional de Mercadorias</i>	139
	7. <i>Contencioso de Aquisição de Empresas</i>	139
	8. <i>Litigância em Bloco</i>	140
	9. <i>Contencioso Desportivo</i>	141
CAPÍTULO 14.	Arbitragem Simplificada	141
CAPÍTULO 15.	Vantagens e Desvantagens da Arbitragem	141

TÍTULO II

A CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM

CAPÍTULO 1.	Natureza Jurídica e Autonomia	143
SECÇÃO 1.	Natureza Jurídica da Convenção da Arbitragem	143
SECÇÃO 2.	Autonomia da Convenção de Arbitragem	149
CAPÍTULO 2.	Estrutura e Efeitos	156
SECÇÃO 1.	Conteúdo da Convenção de Arbitragem	156
SECÇÃO 2.	Forma e Prova da Convenção de Arbitragem	161
SECÇÃO 3.	Efeitos	165
SECÇÃO 4.	Modalidades	170
SECÇÃO 5.	Interpretação da Convenção de Arbitragem	171
SECÇÃO 6.	Transmissão	176

SECÇÃO	7.	Extensão do Âmbito	180
SECÇÃO	8.	Vigência	180
SECÇÃO	9.	Lei Aplicável	181
CAPÍTULO	3.	Arbitragens Complexas	182
SECÇÃO	1.	Arbitragem Multipartes	182
SECÇÃO	2.	Arbitragem Multicontratos	213
CAPÍTULO	4.	Arbitrabilidade do Litígio	214
SECÇÃO	1.	Noção	214
SECÇÃO	2.	Arbitrabilidade Objectiva	216
SECÇÃO	3.	Arbitrabilidade Subjectiva	219
SECÇÃO	4.	Arbitrabilidade do Litígio e Validade da Cláusula Compromissória	219
SECÇÃO	5.	Efeito da Prolação da Sentença Arbitral em Questões Não Arbitráveis ..	220
CAPÍTULO	5.	Invalidade e Ineficácia da Convenção de Arbitragem	221
SECÇÃO	1.	Noção e Efeitos	221
SECÇÃO	2.	Vontade das Partes e Poder de Decisão do Árbitro	221
SECÇÃO	3.	Invalidade da Renúncia Prévia à Arguição da Invalidade	222
SECÇÃO	4.	Intervenção do Tribunal Judicial	223
SECÇÃO	5.	Vícios da Formação da Vontade e da Declaração Negocial	223
CAPÍTULO	6.	Execução da Convenção de Arbitragem	226
CAPÍTULO	7.	Violação da Convenção de Arbitragem	226
SECÇÃO	1.	Dever de Comportamento de Boa Fé	226
SECÇÃO	2.	Responsabilidade Civil das Partes por Atraso na Prolação da Sentença .	227
SECÇÃO	3.	Preterição de Tribunal Arbitral	227
SECÇÃO	4.	A Questão do Direito a Indemnização por Submissão do Litígio a Tribunal Judicial	227
CAPÍTULO	8.	Conjunção de Arbitragem e Foro	228
CAPÍTULO	9.	Conjunção de Várias Instituições Arbitrais	229
CAPÍTULO	10.	Efeitos da Cessação de Vigência da Convenção de Arbitragem	230
CAPÍTULO	11.	Convenção Arbitral por Referência	230
CAPÍTULO	12.	Efeitos no Processo Arbitral da Declaração de Insolvência de Uma das Partes	231
CAPÍTULO	13.	Ineficácia da Convenção de Arbitragem por Insuficiência Económica de Uma das Partes na Convenção	231

TÍTULO III

O TRIBUNAL ARBITRAL

CAPÍTULO	1.	Composição	237
CAPÍTULO	2.	Constituição	239
CAPÍTULO	3.	Competência	241

SECÇÃO	1. Para Decretar Medidas Cautelares Arbitrais	241
SECÇÃO	2. Para Conhecer da Própria Competência	245
CAPÍTULO	4. Intervenção do Tribunal Judicial na Arbitragem	249
SECÇÃO	1. Introdução	249
SECÇÃO	2. Arbitragem Doméstica, Estrangeira e Internacional	250
SECÇÃO	3. O Princípio da Definitividade da Sentença Arbitral	254
SECÇÃO	4. Medidas de Apoio à Actividade do Tribunal Arbitral	254
SECÇÃO	5. Medidas de Controlo da Actividade do Tribunal Arbitral	261
SECÇÃO	6. Execução da Sentença Arbitral e Confirmação de Sentença Arbitral Estrangeira	263
CAPÍTULO	5. Desaforamento de Litígios Judiciais	263
CAPÍTULO	6. Conflitos de Jurisdição entre o Tribunal Arbitral e o Tribunal Judicial ...	264
CAPÍTULO	7. O Estatuto do Árbitro	265
SECÇÃO	1. O Árbitro Face ao Juiz	265
SECÇÃO	2. Judicialização da Arbitragem e Arbitralização dos Tribunais	267
SECÇÃO	3. Atribuição de Poderes ao Árbitro e ao Juiz	269
SECÇÃO	4. A Jurisdição do Árbitro	270
SECÇÃO	5. Posição do Árbitro e do Juiz Face ao Litígio	273
SECÇÃO	6. A Ordem Jurídica Arbitral	277
SECÇÃO	7. Qualidades do Árbitro	290
SECÇÃO	8. Outras Qualidades Requeridas ao Árbitro	306
SECÇÃO	9. Perfil do Árbitro	313
SECÇÃO	10. Imunidade do Árbitro	315
SECÇÃO	11. Contrato de Árbitro	319
CAPÍTULO	8. Efeito no Processo Arbitral da Declaração de Insolvência	377
CAPÍTULO	9. Custos da Arbitragem	377
CAPÍTULO	10. Fixação da Remuneração do Árbitro	378
CAPÍTULO	11. Os Julgados de Paz	379

TÍTULO IV

A ACÇÃO ARBITRAL

CAPÍTULO	1. Processo Arbitral e Instância Arbitral	381
CAPÍTULO	2. Questões Gerais do Processo Arbitral	382
SECÇÃO	1. O Processo Arbitral: Formalismo Elástico ou Informalismo Ordenado? ..	382
SECÇÃO	2. Princípios Fundamentais do Processo Arbitral	385
SECÇÃO	3. Processo Arbitral Apenas Baseado em Documentos	388
SECÇÃO	4. Eficácia do Processo Arbitral	389
SECÇÃO	5. Celeridade do Processo Arbitral	390
SECÇÃO	6. Direcção do Processo Arbitral	390
SECÇÃO	7. Deveres Gerais das Partes. Remissão	391
SECÇÃO	8. Quem Pode Ser Parte Num Processo Arbitral?	391
SECÇÃO	9. Sucessão de Partes	392

SECÇÃO 10.	Intervenção de Terceiros. Remissão	392
SECÇÃO 11.	Representação da Parte por Advogado em Processo Arbitral	392
SECÇÃO 12.	Constituição, Modificação e Extinção da Instância Arbitral	393
SECÇÃO 13.	Pagamento de Preparos, Custos do Processo e Despesas. Consequências Pelo Não Pagamento	395
SECÇÃO 14.	Fixação do Objecto do Litígio pelo Árbitro	397
SECÇÃO 15.	Fixação das Regras do Processo pelo Árbitro	398
SECÇÃO 16.	Custos da Arbitragem	398
CAPÍTULO 3.	Dinâmica da Instância Arbitral	399
SECÇÃO 1.	Apresentação ao Tribunal Arbitral do Litígio e da Defesa	400
SECÇÃO 2.	Consequências da Não Apresentação do Litígio ao Tribunal pelo Demandante	400
SECÇÃO 3.	Consequências da Não Apresentação da Defesa pelo Demandado	401
SECÇÃO 4.	Questões de Competência do Tribunal Arbitral. Momento da sua Arguição	401
SECÇÃO 5.	Questões Prejudiciais, Questões Preliminares e Questões Incidentais	403
SECÇÃO 6.	Processos Paralelos	403
SECÇÃO 7.	Interrupção da Prescrição de Créditos	405
SECÇÃO 8.	Admissibilidade da Reconvenção no Processo Arbitral	406
SECÇÃO 9.	Admissibilidade da Compensação no Processo Arbitral	407
SECÇÃO 10.	Apensação de Processos na Arbitragem	408
SECÇÃO 11.	Separação de Processos Arbitrais	408
SECÇÃO 12.	Prazos para a Prática dos Actos Processuais	408
SECÇÃO 13.	Espécies de Decisões Arbitrais	409
SECÇÃO 14.	Audiências e Outros Procedimentos	414
SECÇÃO 15.	A Prova em Processo Arbitral	418
CAPÍTULO 4.	A Sentença Arbitral	425
SECÇÃO 1.	Conceito	425
SECÇÃO 2.	Natureza Jurídica	426
SECÇÃO 3.	Prazo para a Prolação	427
SECÇÃO 4.	Forma	428
SECÇÃO 5.	Deliberação	429
SECÇÃO 6.	Sentença Arbitral por Acordo das Partes	430
SECÇÃO 7.	Critérios de Julgamento Arbitral	431
SECÇÃO 8.	O Árbitro e a Ordem Pública	431
SECÇÃO 9.	O Normativo Aplicável	463
SECÇÃO 10.	A Equidade na Arbitragem	463
SECÇÃO 11.	Fundamentação da Sentença Arbitral	492
SECÇÃO 12.	Correcção e Reforma da Sentença Arbitral	492
SECÇÃO 13.	Fixação de Honorários e Custos do Processo	493
SECÇÃO 14.	Extinção do Poder Jurisdicional	493
SECÇÃO 15.	Notificação e Depósito	494

TÍTULO V
A IMPUGNAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL

CAPÍTULO	1. Recurso da Sentença Arbitral	495
SECÇÃO	1. A Questão da Recorribilidade da Sentença Arbitral para os Tribunais Judiciais	495
SECÇÃO	2. Renúncia aos Recursos	498
SECÇÃO	3. Âmbito da Recorribilidade da Sentença Arbitral	500
SECÇÃO	4. Recursos da Sentença Arbitral	502
SECÇÃO	5. Objecto dos Recursos	502
SECÇÃO	6. Tribunal <i>ad quem</i>	503
SECÇÃO	7. Tramitação dos Recursos	503
SECÇÃO	8. Valor dos Recursos	505
SECÇÃO	9. Reenvio da Sentença Arbitral para Reconsideração	505
SECÇÃO	10. Conhecimento do Mérito pelo Tribunal Judicial em Substituição do Árbitro	506
SECÇÃO	11. Interpretação do Artigo 29.º, número 2, da LAV	507
SECÇÃO	12. Recursos Extraordinários	508
SECÇÃO	13. Recurso para Segunda Instância Arbitral	509
CAPÍTULO	2. Caso Julgado da Sentença Arbitral	510
CAPÍTULO	3. Anulação da Sentença Arbitral	511
SECÇÃO	1. Introdução	511
SECÇÃO	2. Fundamentos Típicos	512
SECÇÃO	3. Fundamentos Atípicos	519
CAPÍTULO	4. Utilização dos Meios de Impugnação	528
SECÇÃO	1. Âmbito e Finalidade dos Meios	528
SECÇÃO	2. Articulação dos Meios	529
SECÇÃO	3. Prazos, Forma do Processo e Tribunais Competentes	530
CAPÍTULO	5. Efeitos da Anulação da Sentença Arbitral	534

TÍTULO VI
A EXECUÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL

CAPÍTULO	1. Sentença Arbitral Nacional	535
SECÇÃO	1. Tramitação da Execução	535
SECÇÃO	2. Fundamentos de Oposição à Execução	536
SECÇÃO	3. Execução de Sentença Arbitral Concomitante com um Recurso de Efeito Meramente Devolutivo	537
SECÇÃO	4. Liquidação do Pedido pelo Tribunal Judicial	537
SECÇÃO	5. Cobrança Coerciva de Honorários e de Custos do Processo	538

CAPÍTULO	2.	Sentença Arbitral Estrangeira	538
SECÇÃO	1.	Importância da Nacionalidade da Sentença	538
SECÇÃO	2.	Conceito de Nacionalidade Estrangeira da Sentença Arbitral	539
SECÇÃO	3.	A Questão do Reconhecimento da Sentença Arbitral Nacional em Arbitragem Internacional	539
SECÇÃO	4.	No Âmbito da Convenção de Nova Iorque	540
SECÇÃO	5.	Fora do Âmbito da Convenção de Nova Iorque	541
SECÇÃO	6.	O Reconhecimento de Sentença Arbitral Estrangeira Segundo o Código de Processo Civil	541
SECÇÃO	7.	Fundamentos de Oposição ao Reconhecimento	542
SECÇÃO	8.	Fundamentos de Oposição à Execução	542

SEGUNDA PARTE DA ARBITRAGEM INTERNACIONAL

TÍTULO I A ARBITRAGEM INTERNACIONAL

CAPÍTULO	1.	Noções Gerais	547
SECÇÃO	1.	Conceito de Arbitragem Internacional	547
SECÇÃO	2.	Caracterização da Arbitragem Internacional	549
SECÇÃO	3.	Necessidade da Arbitragem Internacional	555
SECÇÃO	4.	A Questão da Nacionalidade da Arbitragem	556
SECÇÃO	5.	Arbitragem Comercial Internacional	562
SECÇÃO	6.	Arbitragem Estrangeira e Arbitragem Internacional	566
SECÇÃO	7.	Arbitragem Internacional Institucionalizada e Arbitragem Internacional <i>Ad Hoc</i>	567
CAPÍTULO	2.	Fontes da Arbitragem Internacional	568
SECÇÃO	1.	Introdução	568
SECÇÃO	2.	Fontes Estaduais	569
SECÇÃO	3.	Fontes Públicas Internacionais	575
SECÇÃO	4.	Fontes Privadas	577
CAPÍTULO	3.	A Convenção de Arbitragem Internacional	578
SECÇÃO	1.	Autonomia da Convenção de Arbitragem Internacional	578
SECÇÃO	2.	Autonomia da Convenção de Arbitragem Internacional em Relação às Leis Estaduais	580
SECÇÃO	3.	Principais Aspectos de Análise da Autonomia da Convenção de Arbitragem Internacional	584
SECÇÃO	4.	Lei Aplicável à Convenção de Arbitragem Internacional	593
SECÇÃO	5.	A Questão da Capacidade do Estado e de Outros Entes Públicos para se Comprometerem em Arbitragem	596

SECÇÃO 6.	Ausência de <i>Lex Fori</i> na Arbitragem Internacional	596
SECÇÃO 7.	Ausência de Ordem Jurídica de Base da Arbitragem Internacional	597
SECÇÃO 8.	Ausência de Controlo da Jurisdição Estadual	599
SECÇÃO 9.	A Questão da Justiça Sem Regras de Direito e do Contrato Sem Lei	601
SECÇÃO 10.	A Jurisdicção da Sentença Arbitral Internacional	603
SECÇÃO 11.	A Relevância da <i>Lex Mercatoria</i>	606
SECÇÃO 12.	O Direito Português Face à Questão da Autonomia da Convenção de Arbitragem Internacional	608
CAPÍTULO 4.	A Sede do Tribunal na Arbitragem Internacional	611
SECÇÃO 1.	A Sede do Tribunal Arbitral Internacional. Introdução	611
SECÇÃO 2.	A Sede Convencional do Tribunal Arbitral Internacional	618
SECÇÃO 3.	A Escolha do Local da Sede pelos Árbitros ou por Instituições Arbitrais	619
SECÇÃO 4.	A Importância da Neutralidade na Arbitragem Internacional. O que se Entende por Sede Neutra?	621
SECÇÃO 5.	Deslocalização ou Desnacionalização da Arbitragem Internacional	622
SECÇÃO 6.	A Actual Importância da Sede do Tribunal	623
SECÇÃO 7.	Arbitragem Plurilocalizada	625
SECÇÃO 8.	CrITÉrios a Ter em Conta na Escolha da Sede da Arbitragem Internacional	626
CAPÍTULO 5.	O Tribunal Arbitral	626
SECÇÃO 1.	O Processo na Arbitragem Internacional	626
SECÇÃO 2.	A Importância da Língua do Processo Arbitral	627
SECÇÃO 3.	A Constituição do Tribunal Arbitral	628
CAPÍTULO 6.	Questões Processuais	635
SECÇÃO 1.	Introdução	635
SECÇÃO 2.	Competência do Árbitro	635
SECÇÃO 3.	Processos Paralelos na Arbitragem Internacional	645
SECÇÃO 4.	Como Tornar Rápido e Eficiente o Processo Arbitral Internacional	661
SECÇÃO 5.	Competência do Árbitro Internacional para o Decretamento de Medidas Cautelares	661
SECÇÃO 6.	Exequibilidade de Medidas Cautelares e de Medidas de Obtenção de Prova na Arbitragem Internacional	662
CAPÍTULO 7.	A Sentença Arbitral Internacional	667
SECÇÃO 1.	O Normativo Aplicável à Questão de Mérito e Questões Conexas na Arbitragem Internacional	667
SECÇÃO 2.	A Ordem Pública Transnacional	674
SECÇÃO 3.	A Arbitrabilidade do Litígio na Arbitragem Internacional	683
SECÇÃO 4.	Deliberações na Formação da Sentença Arbitral	691
SECÇÃO 5.	Interpretação e Correção da Sentença Arbitral	692
CAPÍTULO 8.	Impugnação da Sentença Arbitral Internacional	692
SECÇÃO 1.	O Recurso na Arbitragem Internacional	692
SECÇÃO 2.	Anulação de Decisões Arbitrais Internacionais	693
SECÇÃO 3.	Reconhecimento do Caso Julgado da Sentença Arbitral na Arbitragem Internacional	694

CAPÍTULO	9. Reconhecimento e Execução da Sentença Arbitral Estrangeira e Internacional	694
SECÇÃO	1. No âmbito da Convenção de Nova Iorque	694
SECÇÃO	2. Fora do Âmbito da Convenção de Nova Iorque	708
SECÇÃO	3. A Concorrência de Aplicação entre a Convenção de Nova Iorque e Outros Tratados ou Convenções	708
SECÇÃO	4. A Questão Particular do Reconhecimento de uma Sentença Arbitral Anulada no país da Sede da Arbitragem	711

TÍTULO II

ARBITRAGEM INTERNACIONAL ESPECIALIZADA E ARBITRAGEM INTERNACIONAL INSTITUCIONALIZADA

CAPÍTULO	1. Arbitragem Internacional Especializada	725
SECÇÃO	1. Arbitragem em Questões de Investimento Internacional	725
SECÇÃO	2. Competência e Lei aplicável	730
SECÇÃO	3. Arbitragem no ICSID	733
SECÇÃO	4. Acordo MIGA	740
SECÇÃO	5. Resolução de Conflitos na OMC	741
SECÇÃO	6. Arbitragem na OMPI	741
CAPÍTULO	2. Arbitragem Internacional Institucionalizada	741
SECÇÃO	1. Lugar da Sede do Tribunal Arbitral	741
SECÇÃO	2. Arbitragem na CCI	742
SECÇÃO	3. Arbitragem no LCIA	744
SECÇÃO	4. Arbitragem Segundo as Regras Suíças	745
SECÇÃO	5. Arbitragem Noutras Instituições Arbitrais	745

TERCEIRA PARTE

O QUE CONSULTORES JURÍDICOS DE EMPRESAS NECESSITAM ESSENCIALMENTE SABER SOBRE ARBITRAGEM

CAPÍTULO	1. A Convenção de Arbitragem e a sua Autonomia	749
CAPÍTULO	2. Importância da Redacção da Convenção de Arbitragem	751
CAPÍTULO	3. Nomeação dos Árbitros	753
CAPÍTULO	4. A Escolha dos Advogados	754
CAPÍTULO	5. Vantagens e Desvantagens da Arbitragem Institucionalizada	754
CAPÍTULO	6. As Partes de um Processo Arbitral	754
CAPÍTULO	7. Competência do Tribunal Arbitral	756
CAPÍTULO	8. Ideia Geral Sobre o Processo Arbitral	757
CAPÍTULO	9. Critérios do Julgamento Arbitral	758

CAPÍTULO 10. Acordo sobre Honorários dos Árbitros	759
CAPÍTULO 11. O Contrato de Árbitro. Direitos e Obrigações dos Árbitros e das Partes	760
CAPÍTULO 12. Custos da Arbitragem Institucionalizada	762
CAPÍTULO 13. Arbitragem e Administração Pública	762
CAPÍTULO 14. Confidencialidade da Arbitragem e Protecção de Documentos Confidenciais	764
CAPÍTULO 15. Recurso da Sentença Arbitral	764
CAPÍTULO 16. Anulação da Sentença Arbitral	766
CAPÍTULO 17. Execução da Sentença Arbitral	764
CAPÍTULO 18. Particularidades da Arbitragem Comercial Internacional	768

ÍNDICE TEMÁTICO	781
-----------------------	-----

BIBLIOGRAFIA	801
--------------------	-----

ANEXOS

ANEXO 1

Lei de Arbitragem Voluntária (aprovada pela Lei n.º 31/86, de 29 de Agosto)	835
--	-----

ANEXO 2

Convenção sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras (celebrada em Nova Iorque em 10 de Junho de 1958)	849
--	-----

ANEXO 3

Acordos de Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos Internacionais	855
--	-----

ANEXO 4

Tratados e Acordos Internacionais Bilaterais de Cooperação	865
---	-----

ANEXO 5 – Primeira Parte

Decisões Jurisprudenciais em Matéria de Arbitragem	867
---	-----

ANEXO 5 – Segunda Parte

Lista Temática de Decisões Jurisprudenciais em Matéria de Arbitragem	893
---	-----